

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2023 - PMI
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2023 – PMI

1 – OBJETO

Contratação de serviços de revisão de 100 horas da Retroescavadeira JCB 3CX, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

2 – JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de manutenção da Retroescavadeira JCB 3CX, para sua utilização nos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Considerando a importância da revisão para garantir o bom funcionamento da referida máquina, bem como a segurança de seu operador.

3- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O objeto desse Termo de Referência será contratado considerando os termos da Lei nº 8.666/93, o qual em seu Artigo 25 estabelece a possibilidade de contratação por inexigibilidade de licitação nestes casos, conforme se anota:

Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Renato Geraldo Mendes e Egon Bockmann Moreira destacam que:

O valor mais significativo para a contratação pública não é necessariamente garantir tratamento isonômico – *neste caso, por meio de certame licitatório* – mas assegurar a plena satisfação da necessidade, da qual decorre a ideia de eficiência contratual, capaz, inclusive, de afastar o tratamento isonômico mesmo nos casos em que a competição é viável e de impor condições restritivas à eventual participação. O princípio da eficiência norteará as decisões que serão praticadas pelos agentes por ocasião do planejamento da contratação, bem como da seleção das propostas e da execução do contrato. A ideia de eficiência condiciona a de isonomia e traduz a própria dimensão da legalidade. A legalidade não está em licitar sempre, mas apenas quando a licitação possa assegurar maior eficiência. Em muitos casos, a única forma de assegurar uma contratação eficiente e econômica, ou seja, a melhora relação benefício-custo é não realizar licitação, pois, do contrário, tanto a eficiência quanto a plena satisfação da necessidade podem ser comprometidas, portanto, não é adequado dizer que a licitação é o antecedente lógico e necessário para assegurar à Administração Pública o negócio mais vantajoso, conforme comumente lemos ou ouvimos. (Inexigibilidade de Licitação: Repensando a contratação pública e o dever de licitar. Curitiba: Zênite, 2016. 395 p.)

Frente às necessidades apresentadas na Justificativa para Contratação dos Serviços, resta, pois, evidente o interesse público na situação, existindo, portanto, justificativa plausível para a contratação da prestação de serviços.

4 – DA EMPRESA CONTRATADA

ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.063.653/0003-03, com sede na ROD BR 101, nº 750, Lote 17 Km 112, Bairro Salseiros, Itajaí – SC.

5 – DO VALOR CONTRATADO

O recurso financeiro repassado à empresa para execução do objeto será de R\$ 3.834,39 (três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos).

6 – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência da data de sua assinatura até o dia 30 de abril de 2023.

7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da futura aquisição correrão a conta do orçamento vigente:
06.001-26.782.0011.2.017 – 47 – 3.3.90.00.00.00.00

Ipirá-SC, 10 de fevereiro de 2023.

CELSO DA MOTA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

TERMO DE REFERÊNCIA

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão o presente Processo Licitatório.

1. DA ÁREA SOLICITANTE E DA FISCALIZAÇÃO

1.1. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

1.2. Fica responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente contrato, nos moldes do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, o servidor Sr. Claudinei Fernando Lugarini, bem como o Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

2. OBJETO

2.1 O objeto do presente contrato de serviços de revisão de 100 horas da Retroescavadeira JCB 3CX, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

3. DESCRIÇÃO DO ITEM

ITEM	QTD	UN.	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	04	Un	KIT CLEAN	13,58	54,32
02	01	Un	FILTRO DE COMBUSTÍVEL	220,68	220,68
03	01	Un	FILTRO SEDIMENTADOR 30 MICRONS	453,25	453,25
04	01	Un	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE	101,31	101,31
05	01	Un	FILTRO DE TRANSMISSÃO 117MM COMPRIMENT	120,35	120,35
06	01	Un	FILTRO HIDRÁULICO	312,84	312,84
07	01	Un	ÓLEO DE MOTOR 15W40 CI4 20L	512,20	512,20
08	01	Un	JUNTA TAMPA TANQUE HIDRÁULICO	35,44	35,44
09	01	Srv.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.024,00	2.024,00
VALOR TOTAL				R\$ 3.834,39	

Valor total por extenso: R\$ 3.834,39 (três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos).

5. ESPECIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

5.1. Obrigações da Contratante:

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- b) Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar à Contratada, através do fiscal de contrato ou do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;

5.2. Obrigações da Contratada:

- a) A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei;
- b) Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;

6. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

6.1. O objeto desta licitação será executado a partir da data de assinatura do contrato em até 10 dias uteis.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A Contratada encaminhará nota fiscal, após a realização do serviço, sendo que o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias;

8. GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. Não se aplica.

9. RECURSO A SER UTILIZADO

9.1. As despesas decorrentes da futura aquisição correrão a conta do orçamento vigente:
06.001-26.782.0011.2.017 – 47 – 3.3.90.00.00.00.00

10. TERMO DE ACEITE

Declaro, nos termos da Lei 8.666/93, art. 67, §1º e §2º que serei responsável pela fiscalização do contrato originado por esse Processo Licitatório, acompanhando e anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que se fizer necessário à regularização das faltas ou defeitos para exigir seu fiel cumprimento.

Nome Fiscal: Claudinei Fernando Lugarini

CPF: 065.***.***-**

Cargo/função: Diretor de Compras

Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Fone para contato: (49) 3558-0208

E-mail para contato: infraestrutura@ipira.sc.gov.br

Assinatura do fiscal: _____

Ipira-SC, 10 de fevereiro de 2023.

CELSO DA MOTA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo